



Universidade Federal de Juiz de Fora

**PROJETO DE EXTENSÃO TRAJETÓRIAS URBANAS: SER E ESTAR NA
CIDADE (ALTA) DE JUIZ DE FORA.**

Autores: Maria Lucia Pires Menezes¹; Gabriel Lima Monteiro²; Ricardo Antônio Santos da Silva³; Régis Francisco Rafael da Silva⁴; Watuse Geraldo⁵; Karina Tanagino⁶; Rodrigo Faria Mattos⁷.

Resumo:

O “Trajetórias Urbanas” é um projeto de Extensão Universitária vinculado à Pro-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora. O principal objetivo da pesquisa é avaliar o grau de integração e cidadania da população residente a partir: do uso e ocupação dos recursos ambientais, dos equipamentos de infra-estrutura territoriais e do uso do espaço público da região oeste da cidade de Juiz de Fora, também denominada como Cidade Alta.

Num primeiro momento o projeto prevê o trabalho com a comunidade do bairro Jardim Caiçaras com a perspectiva metodológica de construção coletiva da avaliação do processo de instalação no bairro e do diagnóstico da vida comunitária em relação à infra-estrutura territorial, prestação de serviços e qualidade ambiental. De início, os resultados esperados referem-se à conscientização da importância do lugar de moradia e convivência, enquanto objeto de responsabilidade cívica da ação estatal e pública, bem como da necessidade da organização da sociedade civil na construção da qualidade e dignidade da vida de bairro.

Esta experiência pretende fazer uso de metodologias que propiciassem a participação da população na condição de sujeito e não na de mera espectadora, assim como contribuir para a elaboração de políticas públicas para o atendimento da expansão e qualificação dos espaços de moradia popular.

Palavras-Chave: Lugar – Comunidade - Cidade

¹Maria Lúcia Pires Menezes. Professora Associada. Doutora em Geografia do Departamento de Geociências da UFJF.

²Gabriel Lima Monteiro. Graduando em Geografia. Bolsista de Extensão.

³Ricardo Antônio Santos da Silva. Graduando em Geografia. Bolsista de Extensão.

⁴Régis Francisco Rafael da Silva. Graduando em Geografia. Bolsista de Iniciação Científica.

⁵Watuse Geraldo. Bolsista de Treinamento Profissional.

⁶Karina Tanagino. Geografia. Bolsista de Monitoria.

⁷Rodrigo Faria Mattos. Graduando em Geografia. Bolsista de Treinamento Profissional.

Introdução:

“A extensão, entendida como prática acadêmica que interliga a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilita essa formação do profissional cidadão e se credencia cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes.” In: **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC 2000/2001.**

A Universidade Federal de Juiz de Fora se situa na região oeste da cidade de Juiz de Fora. Esta parte da cidade caracteriza-se por uma geomorfologia bem diferente da área central da cidade, em consequência da diferença altimétrica entre as duas seções topográficas que separam a várzea do rio Paraibuna do platô escarpado que acompanha o fundo da margem direita do referido rio. A rigor compreende toda a região localizada entre a escarpa do platô e a linha do divisor entre a bacia do Rio do Peixe e a do Rio Paraibuna, sobre onde se localiza a rodovia BR 040 (Rio-Brasília) e para onde se organiza um importante vetor de expansão da cidade que tem sido denominada genericamente de Cidade Alta.

A Cidade Alta foi assim entronizada na toponímia local a partir dos anos 70, quando a cidade de Juiz de Fora foi contemplada com o Projeto Cidades de Porte Médio. Ao final dos anos 70, Juiz de Fora é incluída no projeto CPM – Centro de Porte Médio financiado pelo Banco Interamericano – BIRD e gerenciado pelo governo brasileiro através inicialmente do CNPU – Conselho Nacional de Política Urbana, depois CNDU – Conselho Nacional de Política Urbana órgãos ligados ao Ministério do Planejamento e pela Secretaria Especial da Região Sudeste ligada ao Ministério do Interior. A ação do projeto pressupunha atuar sobre os centros urbanos classificados de porte médio pela sua posição geográfica, população, importância sócio-econômica, função regional significativa, de modo a incrementar seu desenvolvimento com vistas à estruturação de uma rede urbana “*mais equilibrada*” (Cf. Menezes, 2004).

Coube ao IPPLAN–Instituto de Pesquisa e Planejamento de Juiz de Fora, coordenar juntamente com as UAS – Unidades de Administração de Subprojetos, unidade autônoma dentro da Secretaria de Planejamento - a coordenação das atividades. Principalmente deve-se ao IPPLAN/JF uma boa integração entre a UA e a administração municipal o que acarretou numa boa avaliação externa do projeto e sua continuidade juntamente com a cidade de Florianópolis, pois eram as que se encontravam mais adiantadas nas ações. As

diretrizes do Banco Mundial para o financiamento de projetos de melhorias urbanas em países do Terceiro Mundo propunham especificamente gerar impacto sobre a pobreza urbana. Juiz de Fora recebeu verbas e assessoria técnica para operar sobre três metas: investimento em infra-estrutura e serviços urbanos, geração de emprego e renda e melhoria da administração pública. Até o final do projeto entorno de 1984 a cidade efetivamente promoveu uma re-urbanização da área central da cidade, redirecionou novas vias de acesso e reestruturou o sistema de transportes.

Mais uma vez a modernização da malha viária se fez sentir sobre a cidade concomitante ao Projeto Cidades Médias. Foi a renovação e o novo traçado da estrada Rio- Belo Horizonte- Brasília que impactou a cidade no sentido do arco sul-oeste-norte inserindo novos territórios para expansão do mercado imobiliário, do distrito industrial e do surgimento de bairros entorno de conjuntos ou loteamentos de moradias populares, estes dois últimos seguindo a montante do várzea do rio Paraibuna.

O rescaldo do PCM significou intervenções pontuais, no caso a área central e a construção da seletiva de ônibus na Avenida Rio Branco, a construção do Distrito Industrial, os acessos a Cidade Alta – região do São Pedro, beneficiando a comunicação ao campus universitário e a valorização de bairros para moradias de classe média, além dos acessos a rodovia BR 040, principalmente no eixo sudoeste ao longo da avenida Independência, atualmente um dos espaços mais valorizados da cidade. E, principalmente, sucesso político (devidamente capitalizado quando da redemocratização do país) aos prefeitos empreendedores das obras com o aporte do PCM.

Na verdade o PCM seguia uma cartilha geral em que se organizava um sistema de contenção prioritária das metrópoles através de uma desconcentração da pressão populacional, sendo a rede urbana estudada de modo que as cidades mais apropriadas dentro deste sistema seriam escolhidas dentro de uma pretensa racionalidade técnica da alocação de “cidades-diques” na contenção do fluxo migratório.

Em relação à Cidade Alta uma equipe do IPPLAN ficou encarregada da elaboração do Plano Diretor. Um extenso trabalho de base urbanística sistêmica que previa para esta região uma série de investimentos, equipamentos e novas funções, incluindo a instalação do novo centro administrativo da cidade, projeto este que não se concretizou. O cenário do projeto previa a expansão da cidade em direção ao enlace com a nova rodovia BR 040 ainda não inaugurada naquele momento.

Desde então, a Cidade Alta rivaliza com o eixo de acesso a rodovia (bairro Cascatinha e Teixeiras) no crescimento de novos equipamentos e na conseqüente

valorização imobiliária na região sudoeste da cidade. Sem dúvida, a construção do Campus da UFJF e sua consolidação como espaço multiuso dos moradores da cidade significou o portão de entrada e vetor de valorização da região do tradicional bairro São Pedro. É importante salientar que ainda há imprecisões quanto aos recortes territoriais utilizados pela gestão da prefeitura, portanto, uma das tarefas necessárias na pesquisa é cotejar a construção geográfica e histórica dos termos Cidade Alta, Região Oeste e São Pedro.

Atualmente, o bairro São Pedro integra a microrregião Oeste II em conjunto com os bairros de Adolfo Vireque, Jardim Caiçaras, Jardim Casablanca, Parque São Pedro, Portal da Torre, Residencial Cidade Alta, Residencial São Lucas e o bairro Santos Dumont. Nesta microrregião há certa complexidade na organização sócio-espacial, pois se identificam bairros com origens e, portanto, concepção urbanística bastante diferenciadas, como por exemplo, do espaço que inclui áreas de ocupação tradicional, bairros residenciais de classe média baixa de recente expansão como o Santos Dumont, condomínios residenciais de classe média e média alta, autoconstrução de classe média, autoconstrução popular, bairros residenciais de média e baixa renda, invasões, ocupações, e conjuntos habitacionais de financiamento para baixa renda.

Recente estudo realizado pelo Centro de Pesquisa Social da UFJF sobre déficit habitacional revelou que a região Oeste/Cidade Alta aumentou em 236% o número de localidades com áreas de especial interesse social (AEIS). O histórico de formação de comunidades populares na região do São Pedro aponta para uma crescente mobilidade residencial advinda de outras áreas da cidade e mesmo oriundas de migrações intermunicipais. Convive-se mais recentemente com os efeitos da localização de projetos de habitação social assentando moradores de origem externa às comunidades da região. Os impactos locais remetem não apenas as questões ambientais e urbanísticas, mas incluem questões de conflito de convivência, estranhamento e dificuldades para a organização coletiva dos movimentos sociais que resvalam no atendimento da prestação de serviços, especialmente o atendimento de saúde coletiva.

Ao todo a região oeste congrega cinco microrregiões num total estimado de 44 bairros, condomínios ou conjuntos habitacionais. Estende-se desde o bairro Borboleta até os bairros limítrofes com a rodovia BR 040, incluindo as duas margens.

As características da Região Oeste mostram uma ocupação desenvolvida a partir do Morro do Imperador até o divisor de águas da bacia do Rio do Peixe, em cotas muito elevadas em relação ao centro da cidade. Possui grandes equipamentos dentre os quais se destacam: a Universidade Federal de Juiz de Fora, a EMBRAPA, o Aeroporto, Estádio

Municipal, o SESIMINAS, o SESC CAMPESTRE, o Mirante do Cristo e a BR-040. Nesta região também se encontra instalada a Indústria Farmacêutica QUIRAL, além de restaurantes, supermercados, boates e bares noturnos, bem como comércio especializado em materiais de construção.

Localizado no extremo noroeste do perímetro tradicionalmente ocupado pela comunidade do bairro São Pedro e vizinho ao loteamento popular Parque São Pedro, o bairro Jardim Caiçaras se organiza espacialmente entorno de uma extensa linha de transmissão, tendo como limite interno a unidade de conservação ainda florestada da Fazenda Santa Cândida, pertencente à Prefeitura de Juiz de Fora. Com infra-estrutura urbana ainda muito precária, o loteamento Jardim Caiçaras carece de equipamentos coletivos para educação, lazer e saúde. Nele vivem cerca de 500 famílias. A origem desta comunidade relaciona-se ao projeto financiado pela Fundação Pro-Habituação para famílias de baixa renda. Num primeiro momento foram construídas 415 imóveis com financiamento da Caixa Econômica Federal sendo estipulada uma entrada de R\$ 7000,00 mais 36 prestações de R\$ 130,00.

Posteriormente houve uma ampliação do sistema de financiamento que implicou na construção de novas casas ao fundo do primeiro loteamento. Uma ação da prefeitura cria a emergência do primeiro conflito na comunidade: ao remover famílias de diversas áreas de risco na cidade para parte do novo loteamento, incluindo na comunidade original um grupo de novas famílias pobres e sem nenhum plano prévio de integração com a nova vizinhança. Em seguida, ocorreu, também, a invasão por parte de famílias de sem teto nas casas financiadas, porém ainda não ocupadas.

Da parte da prefeitura não houve aporte de infra-estrutura de urbanização quando da expansão do loteamento, gerando um claro diferencial entre as duas partes do bairro no tocante aos equipamentos do espaço público. Na verdade, o loteamento vem sendo tratado pelo poder público com absoluto absentismo e ineficiência e, por ser espaço de moradia popular, não demanda interesse do setor privado. As sucessivas e supracitadas formas de ocupação do bairro, por sua vez, acirraram as desconfianças e comprometeram a ação comunitária e a organização de movimentos sociais locais mais articulados.

Convive-se, portanto, com um espaço conflitado por diferentes razões: origem dos moradores, incipiente infra-estrutura urbana, equipamentos coletivos precários, ausência de serviços e segurança, impactos ambientais e conflitos sociais internos. Apesar das dificuldades é possível identificar na paisagem do bairro sinais de possível aumento de

renda familiar evidenciada, principalmente, por reformas de ampliação da unidade de habitação, inclusão de garagem e aquisição de veículo de passeio.

A este modo de vida atrela-se um padrão de consumo necessário à formação e reprodução da força de trabalho. Famílias e migrantes pobres recém chegados à cidade ou nela inscritos, mas não incluídos são sujeitos-pacientes de toda sorte de precariedade e vulnerabilidades. O desafio deste projeto é, portanto, trabalhar em conjunto com a comunidade do bairro Jardim Caiçaras para que esta fração do espaço urbano possa viver “*a cidade como direito*” (Cf. Rodrigues, 2007). Assim, o projeto objetiva:

- Implementar um programa de educação cívica com a finalidade de consolidar práticas de sociabilidade e participação comunitária dentro dos preceitos dos direitos da sociedade civil e responsabilidade social do Estado.
- Construir práticas de diálogo e ação para construção e consolidação da identidade comunitária, através do inventário do patrimônio local, tangível e intangível e da divulgação e apreensão da realidade geográfica local.
- Diagnosticar e mapear os problemas ambientais vividos pela comunidade, a partir dos saberes coletivos consolidados e da contrapartida de identificação dos efeitos desconhecidos provocados pela ação de novos usos e formas de ocupação do solo e da variedade dos impactos no espaço de vida da coletividade.
- Fomentar a troca de conhecimentos entre a Universidade e a Comunidade do Jardim Caiçaras, através da construção coletiva de um projeto político pedagógico.
- Divulgar e esclarecer sobre temas relativos a situações e fenômenos presentes na vida cotidiana como: impactos ambientais, organização interna das cidades, relações público-privado, infra-estrutura urbana, direitos e deveres do cidadão, etc.
- Proposição compartilhada de ações de educação ambiental e educação patrimonial.
- Georreferenciar e produzir uma cartografia temática local como banco de dados e conhecimento da realidade geográfica do espaço vivido.
- Divulgação e Consciência de Cidadania – auxiliar na melhoria da percepção, compreensão e reivindicação de soluções pela comunidade em relação a seus próprios problemas.
- Estudar e propor soluções para os problemas identificados, considerando-se o contexto local.
- Na promoção da Saúde - Avaliar o nível de acesso às políticas de segurança alimentar da região, promover e incorporar o direito à alimentação adequada nas políticas públicas como prevê o plano estadual, fomentar atividades junto a comunidade sobre o caráter

educativo da segurança alimentar, diagnosticar os impactos da organização sócio-espacial do bairro no acesso aos alimentos, saneamento básico e aos serviços de atenção primária a saúde através de parcerias com conselhos municipais.

- Despertar a consciência para a própria representatividade, para que a comunidade desenvolva sua própria autonomia social, política e se possível, econômica.

Há intenção de proceder a um diagnóstico ambiental da área que poderá ser construído paulatinamente através de pesquisa de monografias dos estudantes da equipe de pesquisa, quando poderão ser tratados e analisados do ponto de vista geográfico temas relativos às características geomorfológicas, pedológicas, hídricas, biogeográficas e meteorológicas da região onde está inserido o bairro Jardim Caiçaras. Segundo as lideranças comunitárias há demanda para arborização da alameda onde estão instaladas as torres de transmissão, assim como das ruas do loteamento.

A idéia é repovoar a vegetação nativa com a formação de um banco de dados sobre as espécies que serão devidamente fotografadas, pesquisadas e indexadas para compor um catálogo da flora local, inclusive com a inscrição em cada árvore de sua identificação e da criança ou adolescente responsável pelo plantio.

As ações acima relacionadas devem sempre ser uma construção coletiva, estando, inclusive previstas mudanças de rumo sempre que o consenso indicar alteração de procedimentos e incorporar estratégias que contemplem demandas efetivas da conjuntura de momento. O compromisso da equipe de Geografia é que o espaço de convivência e a consolidação do território de vida comunitária se tornem um lugar de soberania da população de moradores do bairro Jardim Caiçaras. Objetiva-se, também, compor um banco de dados que sirva de base de análise para elaboração de políticas públicas para o local e região.

Materiais e Métodos

Os materiais e métodos possíveis e adequados para alcançar o objetivo da pesquisa parte da tese de Paulo Freire, um dos mais importantes teóricos do movimento de ruptura com o paradigma da exclusão na busca pela instauração do que hoje se denomina de paradigma da inclusão social. Na perspectiva freireana, todas as pessoas são reconhecidas e assumidas como sujeitos em constante transformação de si e da realidade, na construção de uma sociedade mais justa e mais democrática. Para tanto, pretende-se montar oficinas de interação com os diversos grupos etários da comunidade com o objetivo de viabilizar

relatos e expressões sobre histórias e trajetórias de vida com a finalidade de construir coletivamente uma síntese do significado para as famílias da importância e do significado de estar no bairro Caiçaras. A equipe pretende também apresentar informações sobre o significado geográfico do bairro, assim como sua função dentro da divisão territorial da cidade. Salientar a função, direitos e deveres da municipalidade na gestão do território.

Esta etapa deve ser concluída com a elaboração de um diagnóstico da infraestrutura territorial do bairro e a elaboração de um relatório junto à coletividade: COMO É O MEU BAIRRO ? COMO SÃO OS BAIRROS VIZINHOS ? Uma segunda etapa prevê o acompanhamento dos estudantes do ensino fundamental e médio através da prática de ensino da Geografia.

Ao se referenciar ao Plano Curricular Nacional de Geografia (PCN) se pretende construir um livro de representações sobre o bairro. A partir de depoimentos de crianças e jovens moradores se objetiva consolidar o entendimento de espaço de vida comunitária e cotejá-lo com a noção oficial-estatal de bairro. A dinâmica espacial deverá ser identificada e analisada ao se registrar o re-contar dos sentidos da mobilidade residencial daqueles que hoje moram no bairro. Paralelamente, deverão ser trabalhadas as formas de representação do bairro, em especial as representações cartográficas a partir de desenhos e do georreferenciamento do perímetro do bairro elaborado em conjunto com os alunos.

O produto final desta etapa deverá ser o livro, a princípio intitulado O LUGAR DA MINHA HISTÓRIA, obra que se pretende de elaboração coletiva e de aprovação comunitária. Junto aos alunos do Departamento de Geociências e se possível envolvendo o DA Geografia e mesmo todo o DCE da UFJF propõe-se à arrecadação e doação de livros de literatura infanto-juvenil e literaturas em geral para composição de uma biblioteca comunitária e adequação de um espaço de leitura. Esta experiência pretende fazer uso de metodologias que propiciassem a participação da população na condição de sujeito e não na de mera espectadora, assim como contribuir para a elaboração de políticas públicas para o atendimento da expansão e qualificação dos espaços de moradia popular.

Resultados e Discussão

De início, os resultados referem-se à conscientização da importância do lugar de moradia e convivência, enquanto objeto de responsabilidade cívica da ação estatal e pública, bem como da necessidade da organização da sociedade civil na construção da qualidade e dignidade da vida de bairro. Iniciaremos a pesquisa junto aos moradores

estudantes, crianças e adolescentes na perspectiva de consolidar um público alvo passível de ser agente transformador no comportamento comunitário e na consolidação do exercício de cidadania.

O primeiro desafio a ser enfrentado diz respeito à mobilização para reativação da Associação de Moradores enquanto espaço político e de sociabilidade da comunidade, para tanto intentamos agir como agente mediador entre a comunidade e as instâncias do poder público local. Por sua vez, a equipe de pesquisa intenta através da associação de moradores obter um espaço físico necessário à centralização das ações junto à comunidade, jovem em especial, bem como a possibilidade da existência de espaços e equipamentos culturais relacionados à geografia e história da comunidade local.

Trabalhar com a comunidade do Jardim Caiçaras significa para o curso de Geografia e para a população local um oportunidade de intercambiar saberes e conhecimentos a cada etapa da pesquisa realizada. Num primeiro momento o projeto se dedicará à coleta de informações sociais e geográficas, a consolidação da relação de parceria com as comunidades, com o intuito de identificar outros parceiros para a pesquisa e ampliar o quadro permanente de pesquisa, dando-lhe um caráter interdisciplinar.

De posse das principais informações e dados que atendam aos objetivos da pesquisa segue-se à formação de um fórum local de pesquisa para organizar um calendário que inclua: apresentação do resultado do levantamento e identificação do acervo cultural a ser trabalhado e preservado, reconhecimento dos principais problemas ambientais e busca de medidas mitigadoras e parcerias técnicas, bem como registro do resgate e incentivo de práticas comunitárias ambientalmente positivas.

Conclusão

Nesse período inicial de trabalho nota-se um avanço gradual na relação da universidade com a comunidade local de modo que prossegue o aprofundamento da práxis acadêmica, através da aplicação de questionários, que estão em fase de tratamento de dados, além da observação participante em assembleias com representantes da sociedade civil. Paralelamente, intenta-se a consolidação do grupo de pesquisa de extensão a partir da oportunidade de estar presente com a comunidade e demais entidades que atuam no bairro Caiçaras, estabelecendo um diálogo e uma reflexão sobre a importância do espaço de convivência e do reconhecimento do valor social das políticas públicas de habitação e da

preservação ambiental. Para tal tem-se como objetivo a construção de uma AGENDA 21 LOCAL para a viabilização da sustentabilidade do bairro e seu entorno.

O objetivo maior do projeto é proporcionar aos usuários de espaços populares a possibilidade de desenvolver a capacidade de produzir conhecimentos inovadores e intervir, como atores da política pública, em seus territórios de origem. Busca-se, portanto, contribuir no processo de ampliação e consolidação da presença dos moradores, através da criação de redes de produção e socialização de novas metodologias, linguagens e tecnologias para consolidação do espaço de moradia calcado no propósito de bem viver e no exercício constante da cidadania.

Bibliografia:

CAPEL, Horacio. *Geografia Humana y Ciências Sociales*. Barcelona: Montesinos, 1989.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Política e educação*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CAVALCANTI, Lana. *Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos*. São Paulo: Papirus, 1998.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MENEZES, Maria Lucia Pires - Juiz de Fora e a moradia popular: o Alto Santo Antônio. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, n.146 (133). [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(133\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(133).htm) [ISSN: 1138-9788]

_____ - Aeroporto Regional e Business Park: logística e negócios na geografia urbano regional de Juiz de Fora, Brasil. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de

agosto de 2004, vol. VIII, núm. 170 (23). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-170-23.htm>> [ISSN: 1138-9788].

_____ - *Novas Geografias no Espaço Urbano-Regional de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: FAPEMIG. Projeto de Pesquisa. 2007.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. 1994. *Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento: um olhar ambiental*. In: SANTOS, M. et alli (orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur.

NUNES, Eduardo Nunes. Laboratório de desenvolvimento de tecnologias sociais. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (96). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-96.htm>> [ISSN: 1138-9788]

RODRIGUES, Arlete MOYSÉS. A cidade como direito. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (33). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24533.htm>> [ISSN: 1138-9788]

SAMPAIO, Plínio de Arruda. *Construindo o Poder Popular*. São Paulo: Paulus, 1982.

SANTOS, M. et alli (orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur., 1994.

